

INTRODUÇÃO

Adriano Souza Senkevics

Flavia Viana Basso

Clarissa Guimarães Rodrigues

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento fundamental para a evolução da qualidade e do acesso à educação no Brasil, servindo como uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento educacional do País. O PNE estabelece metas e diretrizes que orientam as políticas públicas em educação, contribuindo para a organização, a coordenação e a articulação das ações e iniciativas não só dos diferentes entes federativos mas também dos diversos setores envolvidos na área educacional.

A importância do PNE está na sua capacidade de estabelecer uma visão de futuro para a educação brasileira, pautada em princípios basilares tais como a qualidade, a superação das desigualdades, a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e o respeito aos direitos humanos. Ele promove a integração e a convergência de esforços entre União, estados e municípios, além de envolver a sociedade civil na busca por uma educação que atenda às demandas e necessidades de todos os cidadãos. Outro aspecto fundamental do PNE é o seu papel na definição de metas quantitativas e qualitativas que permitem o monitoramento e a avaliação do progresso na área educacional. Isso facilita a identificação de desafios e gargalos que precisam ser superados, bem como a alocação eficiente de recursos para atingir os objetivos propostos. Por fim, o PNE é importante por seu potencial para promover a transparência e a participação social na gestão, contribuindo com o fortalecimento da democracia e com a promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e capaz de transformar a realidade social do País.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Estudos Educacionais (Direde), é responsável por monitorar os indicadores das metas estabelecidas na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE (2014-2024). Além desse monitoramento, a equipe também desenvolve, desde 2018, os *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*. Ao todo, já foram publicados oito volumes dedicados a refletir sobre o contexto educacional brasileiro e os desafios enfrentados em diferentes metas do Plano.

A presente edição, dando continuidade ao volume 8, segue com o objetivo de apresentar contribuições para o próximo PNE. Mais uma vez, envidam-se esforços para subsidiar a construção do planejamento educacional dos próximos dez anos. Neste volume, apresentamos nove textos autorais, descritos sucintamente nos parágrafos a seguir.

O texto que abre a coletânea, “Carência de professores na educação básica: risco de apagão?”, de Alvana Maria Bof, Luiz Zalaf Caseiro e Fabiano Cavalcanti Mundim, apresenta um diagnóstico da escassez de professores com formação adequada para atuação nos diferentes componentes curriculares dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Mobilizando distintas fontes de dados, os autores realizam levantamentos do número de ingressantes nos cursos de licenciatura; de concluintes em cada área do conhecimento; e de licenciados que ingressam na carreira docente e atuam nas redes de ensino. Estimando se o quantitativo de concluintes das licenciaturas é capaz de suprir a demanda total e imediata de professores com formação adequada, os autores concluem que já estamos vivenciando um “apagão” de professores habilitados nessas etapas de ensino em diversas áreas curriculares.

O segundo texto, “Depois do ensino médio: o direito à educação e ao trabalho no novo PNE”, de Susiane de S. Moreira O. Silva, Ana Elizabeth M. de Albuquerque, Gustavo Henrique Moraes e Robson dos Santos, aborda duas possibilidades de educação profissional e tecnológica entre egressos da educação básica: os cursos técnicos subsequentes e os cursos superiores de tecnologia. Os autores caracterizam tais cursos em termos de suas tendências recentes, especificidades e potencialidades para a preparação dos indivíduos para o mundo de trabalho, para a promoção de sua inserção produtiva e para seu desenvolvimento profissional.

Em seguida, o estudo “Expansão-Interiorização-Democratização: o desafio da redução das desigualdades territoriais e socioeconômicas de acesso à educação superior no Brasil (2003-2015)”, de Alexandre Ramos de Azevedo e Hustana Maria Vargas, faz um balanço da experiência de expansão da educação superior nas últimas duas décadas, com ênfase nas históricas e profundas disparidades socioeconômicas e territoriais de oferta e de acesso. Propondo uma abordagem com foco na distribuição geográfica das oportunidades, os autores lançam luz sobre a importância da interiorização e da expansão na democratização do acesso. Em suma, a tríade formada por expansão-interiorização-democratização, tal como proposta no título, resume a tônica do ciclo de expansão que marcou a educação superior brasileira.

O quarto texto, “Repensando a mensuração da escolaridade populacional: uma alternativa à métrica dos anos de estudo”, de Adriano Souza Senkevics e Robson dos Santos, discute a inadequação da medida de anos de estudo – atualmente, a métrica oficial da escolaridade média populacional no PNE vigente – como estratégia para retratar a evolução da escolaridade populacional e, sobretudo, recortes de desigualdade socioeconômica, étnico-racial e regional. Inspirados em um diálogo com a sociologia da estratificação, os autores sugerem uma alternativa bastante singela, baseada no maior nível de escolaridade alcançado pela população adulta, capaz de iluminar disparidades entre grupos populacionais e promover uma comunicação mais inteligível da medida usada para o monitoramento dessa meta.

Maria Teresa Gonzaga Alves, Clarissa Guimarães Rodrigues e Adriano Souza Senkevics assinam o quinto texto, “Nível socioeconômico das escolas brasileiras: metodologia para ampliar sua cobertura e potenciais usos”, cujo objetivo é apresentar uma proposta metodológica de um indicador de nível socioeconômico para 165 mil escolas de educação básica em funcionamento no ano de 2021. Indicadores primários – calculados com dados de questionários das avaliações educacionais –, secundários – que caracterizam o nível socioeconômico de alunos transferidos entre estabelecimentos de ensino – e de contexto social foram agregados em uma escala única por meio da Teoria de Resposta ao Item. Procurando avançar a partir de experiências anteriores do Inep com o nível socioeconômico, a inovação metodológica proposta permite dar visibilidade às escolas pequenas, de educação infantil ou de áreas remotas que, por não participarem das avaliações e exames educacionais, até então não eram objetos de políticas públicas visando à superação das desigualdades educacionais, ao menos em uma escala nacional.

O sexto estudo, “Aprendizado no ensino fundamental: diagnóstico das desigualdades e ‘escolas invisíveis””, de Alvana Maria Bof e Maria Teresa Gonzaga Alves, aborda tanto a persistência e a ampliação das desigualdades no aprendizado de estudantes de ensino fundamental quanto as dificuldades para um monitoramento eficaz de evolução da qualidade. As autoras apresentam uma análise descritiva de um conjunto de escolas que não participam do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e, portanto, não dispõem de informações sobre o desempenho dos alunos. Diante dessas evidências, o estudo recomenda que o novo PNE adote metas e estratégias mais adequadas para a superação das desigualdades educacionais e sugere que o monitoramento da qualidade utilize indicadores mais abrangentes para avaliar as escolas que não fazem parte da população-alvo do Saeb e que, portanto, não têm o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) calculado.

Na sequência, o estudo “Proposta metodológica de cálculo dos custos médios do Fundeb e o novo PNE”, de Marcelo Lopes de Souza e Fabiana de Assis Alves, trata da apuração das diferenças nos custos médios das etapas da educação básica e propõe uma abordagem metodológica para definir os ponderadores de custos médios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos

Profissionais da Educação (Fundeb), visando melhorar o tratamento dessa questão no novo PNE. É sabido que um dos maiores desafios para viabilizar a execução do Plano é o financiamento, em razão das disputas e dos conflitos distributivos que orbitam a questão orçamentária de toda e qualquer política social. Aqui, para avançar nessa questão, os autores organizam uma contribuição a partir dos três seguintes eixos: as estimativas de gastos médios por subfunções educacionais, com base no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope); levantamentos bibliográficos de custo-qualidade; e avaliação de efeitos redistributivos das alterações nos fatores de ponderação.

O oitavo texto, “Qualidade da educação, democracia e a formação para a cidadania: os desafios da gestão democrática para o novo PNE”, de Márcio Alexandre Barbosa Lima, analisa o processo de construção da gestão democrática na legislação educacional e os resultados alcançados a partir da Meta 19 do PNE, destacando os desafios para o próximo decênio. O autor argumenta que a efetivação da gestão democrática continua a ser um desafio para os gestores públicos, apesar de passados 35 anos da sua promulgação como um princípio constitucional. Sustenta, ainda, que a formação para a cidadania deve ser entendida como um componente intrínseco da qualidade educacional, devendo ser avaliada pelos sistemas educacionais nas escolas brasileiras.

Finalmente, o último estudo, “Violência na escola na percepção dos estudantes brasileiros: evidências do Pirls e do Pisa”, de Flavia Viana Basso, Clara Etienne Lima de Souza e Clarissa Guimarães Rodrigues, analisa o conceito de violência escolar no contexto brasileiro e apresenta evidências em perspectiva comparada internacional para contribuir com a elaboração do próximo PNE. As autoras mobilizam dois conjuntos de dados oriundos de avaliações internacionais: *Progress in International Reading Literacy Study* (Pirls) 2021 e *Programme for International Student Assessment* (Pisa) 2022, com foco na ocorrência de diferentes tipos de violência, segundo a percepção dos estudantes. A análise permitiu observar que estudantes que mais frequentemente sofrem violência faltam mais às aulas, demonstram desempenho inferior aos demais e estão mais propensos a irregularidades em sua trajetória escolar. O texto procura dar uma resposta, em termos de diagnóstico educacional, à escalada de violência escolar nos últimos anos no Brasil.

Como se observa, esta edição dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* reúne uma coletânea rica de textos diversificados que abordam diferentes aspectos da educação no Brasil e propõem soluções e metodologias inovadoras para os desafios enfrentados no setor. Em comum, os autores visam contribuir com reflexões aprofundadas e embasadas em dados e pesquisas para a construção do novo Plano Nacional de Educação. Até o final de vigência do atual Plano, durante a tramitação do próximo e após sua promulgação, o Inep seguirá com a produção de estudos que se configuram como importantes iniciativas para a superação dos obstáculos que ainda impedem que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso a uma educação de qualidade.